

# Sumário

<b>Capítulo I • DISPOSIÇÕES PRELIMINARES.....</b>	<b>9</b>
1.1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS.....	9
1.1.1. A pessoa idosa nas constituições brasileiras .....	9
1.1.2. A proteção internacional da pessoa idosa .....	11
1.1.3. A ONU e a proteção à pessoa idosa.....	17
1.2. ESTATUTO DA PESSOA IDOSA E AS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES .....	19
1.3. DOS PRINCÍPIOS QUE REGEM O ESTATUTO DA PESSOA IDOSA.....	39
1.3.1. Princípio da proteção integral .....	39
1.3.2. Princípio da participação.....	39
1.3.3. Princípio da Independência.....	40
1.3.4. Princípio da realização pessoal .....	40
1.3.5. Princípio da dignidade .....	40
1.4. A REPARTIÇÃO DE COMPETÊNCIAS E O DIREITO DA PESSOA IDOSA .....	41
1.5. CONSELHO NACIONAL DA PESSOA IDOSA .....	42
<b>Capítulo II • DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS .....</b>	<b>47</b>
2.1. OS DIREITOS FUNDAMENTAIS NO ESTATUTO DA PESSOA IDOSA.....	47
2.1.1. Direito à vida .....	47
2.1.2. Direito à liberdade, ao respeito e à dignidade.....	49
2.1.3. Dos alimentos .....	54
2.1.4. Direito à saúde .....	60
2.1.4.1. A pessoa idosa e a prática da boa morte.....	78
2.1.4.2. Direito à saúde da pessoa idosa deficiente .....	80
2.1.5. Educação, cultura, esporte e lazer .....	82
2.1.6. Da profissionalização e do trabalho .....	86
2.1.7. Direito à previdência social.....	93
2.1.8. Direito à assistência social .....	94
2.1.8.1. Benefício de Prestação Continuada (BCP) à pessoa idosa .....	100
2.1.9. Direito à habitação .....	105
2.1.10. Direito ao transporte.....	111
2.1.11. A pessoa idosa e o superendividamento .....	123
<b>Capítulo III • MEDIDAS DE PROTEÇÃO .....</b>	<b>129</b>
3.1. MEDIDAS DE PROTEÇÃO .....	129
3.1.1. Disposições gerais .....	129
3.1.2. Medidas de proteção específicas .....	135
<b>Capítulo IV • POLÍTICA DE ATENDIMENTO À PESSOA IDOSA.....</b>	<b>145</b>
4.1. A POLÍTICA DE ATENDIMENTO À PESSOA IDOSA.....	145
4.2. ENTIDADES DE ATENDIMENTO À PESSOA IDOSA.....	153

4.2.1.	Fiscalização das entidades de atendimento à pessoa idosa .....	160
4.2.1.1.	Fiscalização pelo Ministério Público das Instituições de Longa Permanência para Pessoas Idosas .....	163
4.2.2.	Penalidade às entidades de atendimento à pessoa idosa .....	167
4.3.	INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E APURAÇÃO DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS .....	171
4.3.1.	Infrações administrativas .....	172
4.3.2.	Procedimento administrativo para apuração .....	175
4.4.	APURAÇÃO JUDICIAL DAS IRREGULARIDADES DAS ENTIDADES DE ATENDIMENTO .....	179
<b>Capítulo V • ACESSO À JUSTIÇA.....</b>		<b>185</b>
5.1.	DISPOSIÇÕES GERAIS.....	185
5.2.	MINISTÉRIO PÚBLICO.....	192
5.3.	DA PROTEÇÃO JUDICIAL DOS INTERESSES DIFUSOS, COLETIVOS E INDIVIDUAIS INDISPONÍVEIS OU HOMOGÊNEOS.....	213
5.3.1.	Competência para julgamento .....	214
5.3.2.	Legitimidade.....	215
5.3.3.	Tutela provisória de urgência ou evidência .....	220
5.3.4.	Fundo da Pessoa Idosa.....	221
5.3.5.	Dos recursos .....	223
5.3.6.	Da execução da multa e da decisão condenatória .....	224
5.3.7.	Das despesas processuais e a sucumbência .....	225
5.3.8.	Das ações em defesa aos direitos transindividuais das pessoas idosas .....	226
5.3.8.1.	Mandado de injunção .....	227
5.3.8.2.	Mandado de segurança .....	230
5.3.8.2.1.	Conceito .....	230
5.3.8.2.2.	Legitimidade .....	231
5.3.8.2.3.	Pressupostos para impetração .....	233
5.3.8.2.4.	Liminar e suspensão da liminar.....	235
5.3.8.2.5.	Prazo para impetração da segurança ..	236
5.3.8.2.6.	Processamento do mandado de segurança .....	236
5.3.7.8.7.	Competência.....	238
5.3.8.2.8.	Sentença .....	239
5.3.8.2.9.	Recursos.....	240
<b>Capítulo VI • CRIMES EM ESPÉCIE DO ESTATUTO DA PESSOA IDOSA.....</b>		<b>243</b>
6.1.	DISPOSIÇÕES GERAIS.....	243
6.2.	DOS CRIMES EM ESPÉCIE .....	251
<b>BIBLIOGRAFIA.....</b>		<b>269</b>